LAZER E PRESÍDIO: DO PRAZER AO ILÍCITO OU PRAZER NO ILÍCITO

Ms. Marco Antonio Bettine de Almeida
Faculdade de Educação Física/UNICAMP

Resumo

O propósito do trabalho é conhecer o lazer da sociedade dos cativos e compreender se dentro de uma instituição fechada, as atividades de lazer são ou não colonizado por ações estratégicas, e, quais as possibilidades de inserção do agir comunicativo nestas atividades de lazer no presídio.

Referenciando-se no lazer vinculado à busca do prazer e transformação individual; no presídio como espaço de reclusão e intermediação entre a reprodução do ilícito e a recuperação; e por último na “Teoria da Ação Comunicativa” de Habermas contrapondo a sociedade dos cativos no sistema poder e moeda (onde se reproduz o agir estratégico) e no mundo da vida (onde se reproduz o agir comunicativo).

Palavras-Chave: Lazer; Presídio; Teoria da Ação Comunicativa.

Introdução

O propósito do trabalho é apresentar a contribuição da teoria habermasiana para compreender o lazer do presidiário. Entendendo a reclusão a partir dos pressupostos de “Society of Captives” (SAYER, 1995), o lazer vinculado à busca do prazer (GUTIERREZ, 2001) e transformação individual (SANT’ANNA, 2001) e ambos pela Teoria da Ação Comunicativa (HABERMAS, 1987), que, neste primeiro contato, pode ser entendida pela separação do agir estratégico (busca racional para a dominação) e comunicativo (busca racional para o consenso).

O foco central deste trabalho é compreender se dentro de uma instituição fechada, à parte da sociedade, com lógicas e valores próprios, há o mundo da vida não colonizado por ações estratégicas discutido na teoria habermasiana. Isto é, se no agir comunicativo, do autor referido, tratado em um sistema aberto, haveria um lazer do preso com os princípios da busca do prazer e da transformação individual, ou, há a reprodução dos valores da instituição poder e moeda no lazer. Com outras palavras, se

no espaço de reclusão onde ocorre a reprodução do ilícito e as ações dos indivíduos estão envolvidas com os valores do agir estratégico, o lazer do preso não contempla esta busca e transformação que é própria do agir comunicativo.

Para entendermos estas diferenças apontadas, faz-se necessário uma análise bibliográfica cuidadosa do lazer e da Teoria da Ação Comunicativa. Por outro lado, na análise interpretativa priorizar-se-á a literatura temática do presídio adequando-as aos objetivos da pesquisa de campo (lazer dos presos), supondo que os conceitos passam por questões subjetivas como propostos por Sayer (1995) que discute o papel do cientista na escolha, formação e interpretação do objeto. Assim a bibliografia do lazer¹, presídio e habermasiana estarão conectadas com a pesquisa de campo, no estudo de caso no Cadeião de Campinas (Cadeia Pública de São Bernardo). Tendo como foco estes pressupostos apresentados, nas próximas linhas tentarei responder as questões que movem este trabalho, isto é, entender o lazer na reclusão, as possibilidades de transformação e as possíveis aproximações da Teoria da Ação comunicativa na reclusão.

Considerações sobre o tema: lazer e presídio

O lazer e o presídio em uma análise rápida expõem-se em opostos, isto é, o lazer em uma primeira interpretação é próximo ao gozo e divertimento, enfim, o lazer é entendido e imaginado como o oposto das imagens vinculadas à prisão, às penitenciárias, onde se assiste: o ilícito (RAMALHO, 1979), a prostituição, o lixo humano (ZALUAR, 1994) e a degradação social e humana (RAMOS, 1953). Esta primeira análise traz em si a dificuldade do tema apresentado.

¹ Outro texto foi desenvolvido que aborda a existência do lazer na reclusão, (ALMEIDA, 1999) discutindo o lazer no espaço de reclusão e suas relações no plano teórico:

“No presídio esta visão teórica ampla, servirá como base para integrarmos a idéia de lazer e prazer na reclusão, pois, muitas perspectivas apontam o presídio como tenebrosamente estático ou reprodutor do ilícito pelos padrões de força, linguagem e grupos, não decodificando o papel desempenhado de algumas atividades de lazer para promover as diferenças e as peculiaridades internas na reclusão” (ALMEIDA, 1999 p. 34).

Todavia, para diluir este afastamento que nós atores sociais temos do presídio, deve-se ter bem claro a lógica interna do presídio, as formas de convivência e as possibilidades de inserção do preso neste espaço, a partir de diferentes autores e suas perspectivas da instituição prisional e dos seus componentes.

Outro ponto de fundamental importância é a clareza no entendimento do lazer e suas prerrogativas básicas na sociedade contemporânea. Tendo estes dois temas bem definidos, torna-se menos trabalhoso inserir os estudos habermasianos como a ponte do mundo social a que pertence o preso e seu lazer, às teorias priorizadas neste estudo.

Apesar da distância espacial dos reclusos e dos não reclusos, o presídio nos está próximo através dos sistemas de comunicação, todavia, os mesmos, tratam o presídio e o preso em situações limítrofes da desgraça, isto é, os internos e a instituição em problemas de rebelião, na superlotação, ou nos casos peculiares que chocam a opinião pública, reforçando, na maioria das vezes, o preconceito existente aos apenados. Dessa maneira, a sociedade civil se distancia dos movimentos do presídio, das suas relações interna e externa, e, principalmente da compreensão dos seus códigos intramuros.

Neste contexto de afastamento e dissenso, o presídio se insere como uma instituição da modernidade que se altera, como qualquer instituição, com o tempo histórico. Deste modo, o presídio é entendido pelos pesquisadores como um espaço de reclusão, mais uma forma de controle do Estado (THOMPSON, 1976) e para muitos, a melhor forma de proteção contra os elementos constituintes da violência, o prisioneiro. Suas alterações históricas deram-se pelas conquistas humanitárias iniciadas no pós-guerra pela ONU (PORTUGUÊS, 2001) e continuam ainda hoje (JORGE, 2000) por exemplo, os projetos de construção de presídios e penas alternativas. Assim, os espaços de reclusão foram sempre motivos de inúmeras discussões, por isso fazem parte do nosso cotidiano. Seus problemas quanto à importância da sua existência, da sua eficácia e dos seus objetivos nas esferas do poder são vivenciados pela população cativa e seus parentes (PIMENTEL, 1977). Acrescentando a afirmação anterior, o sistema prisional é foco de inúmeras contradições e preocupações do Estado como forma de ordem social e controle, no entanto, como já foi comentado, houve mudanças significativas na forma de tratamento do preso (RAMOS, 1953), inserindo políticas humanitárias e de respeito

à dignidade humana. Por isso, o presídio é um marco moderno de contradições e indecisões por parte da esfera pública e sociedade civil.

Alguns dados importantes das conquistas humanitárias no presídio analisado por Jorge (2000) apresentam os marcos importantes do movimento humanista nos presídios, entre eles, o 1º Congresso sobre Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente, promovido pela ONU, em 1955, Genebra, que traz consigo, as políticas públicas básicas de respeito e dignidade humana (FRAGOSO, 1980). Estas diretrizes fundamentais foram contempladas no Código Penal Brasileiro, como veremos mais adiante, na sua lei de execução penal (DELMANTO, 1991), porém, as ações efetivas deixam a desejar e muitas vezes contradizem o próprio código penal. Esta afirmação é parte também da contradição e indecisão do Estado.

No Brasil, particularmente, houve algumas tentativas de muita repercussão e pouca execução. Por exemplo no início da redemocratização, Rio de Janeiro, Governo Brizola (COELHO, 1987). Ou, São Paulo, Governador Mário Covas (PORTUGUES, 2001). Pode-se apresentar alguns indícios desta política humanitária, ocorridas no final da década de 70, na década de 80 e seu marco na década de 90 – com a constituição de uma política federal de respeito humanitário – (PORTUGUES, 2001). Nestes anos tivemos a inserção da Pastoral Penal, importante instituição de valores cristãos; juntamente com a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) e da FUNAP (Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel) desenvolvendo trabalhos nas áreas de educação de adultos presos, lazer, escolas profissionalizantes e também: assistência jurídica, médica, psicológica e odontológica (PORTUGUES, 2001 e PIMENTEL, 1977).

Como exemplo das conquistas sociais e de direito no presídio, apresento a penitenciária no código penal (objeto deste estudo), para posteriormente mostrar o que ocorre na realidade prisional. Para entendermos a contradição do Estado e da sociedade civil quando o assunto é perda da liberdade institucionalizada. A penitenciária destina-se aos condenados à pena de reclusão, em regime fechado (art. 87, código penal). Sua dependência limita-se às celas individuais (área mínima de seis metros quadrados), com os requisitos básicos de salubridade, de arejamento, de insolação e do condicionamento térmico adequado à existência humana. Quanto ao estabelecimento, deve-se ter a

lotação compatível com a estrutura e a finalidade, espaço para o trabalho, o descanso e a recreação (DELAMNTO, 1991). Estes requisitos estão de acordo com as normas mínimas estabelecidas internacionalmente pela ONU.

Apesar destas afirmações as penitenciárias estão muito aquém destes quesitos de direito do recluso. Por isso faz-se necessário à preocupação maior do setor público, como exemplo, o Simpósio sobre a questão criminal no Estado de São Paulo (Simpósio sobre o sistema penitenciário – Anais Secretaria de administração penitenciária, 1996, IMESP). Entretanto as discussões, andamentos e ações propostas neste encontro foram ao encontro da morosidade do sistema prisional. Um dos motivos é a estrutura de poder entre os próprios carcereiros que inviabilizam qualquer mudança.

Segundo Fischer, o sistema prisional, inserido no sistema burocrático estatal, se engessa, no sentido de enrijecer sua estrutura para possíveis mudanças, sejam elas quais forem (FISCHER, 1989). Fischer, afirma que um dos motivos é a presença no corpo técnico, os trabalhadores livres do presídio, de uma estrutura familiar interna (pais e filhos, ou indicações – os trabalhadores seguem uma hierarquia de conhecimento e indicações mantendo a estrutura engessada e voltada para os seus interesses), que não aceita novas propostas. Um dos argumentos possíveis para a não mudança foi retratado por Lima (1991) que colocou a perpetuação do sistema pelo corpo técnico na mesma medida em que as formas ilícitas são consentidas veladamente na reclusão. Pois, todos sabemos do mundo das drogas, dos estupros, da prostituição, da morte, da facilidade de escambo com diferentes atores (familiares, carcereiros, presos) que ocorre no presídio. Outro motivo apresentado por Fischer, é a organização interna dos presos, onde, seus componentes utilizam-se de algumas regalias como o sistema se encontra, e, os mesmos, impedem as ações que o setor público e o terceiro setor, aventuram-se a desenvolver no presídio (FISCHER, 1989).

Um outro retrato também cruel e triste do presídio são os números apresentados pela rede COESPE (Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários) – responsável pelas deliberações de todos os presídios do Estado – o mesmo, possui 64 unidades em diferentes regimes, com atendimento a mais de 50.000 presos (PORTUGUES, 2001) e a soma dos presos irregulares, nas delegacias e nos distritos, são cerca de 30.000 presos. Para o desespero do setor público e da sociedade civil,

temos, no Estado de São Paulo, $\frac{1}{4}$ a mais, dos presos irregulares, de mandados de prisão não cumpridos, isso equivale dizer que hoje precisaríamos dobrar os presídios já existentes. O que nos assusta é pensar na construção dos presídios como o menor problema do sistema prisional, todavia o problema maior encontra-se nas políticas públicas, mais exatamente, na execução penal, pois estas, não aderem ao próprio código penal. Por exemplo, às formas que os presos são conduzidos nos diferentes regimes não são cumpridos de acordo com a lei de execução penal, porque, a Comissão Técnica de Classificação, presidida em cada estabelecimento, não possui uma atuação junto ao Ministério Público e aos demais estabelecimentos para o controle de entrada do condenado (QUEIROZ, 1985). Ou mesmo a aplicação de penas alternativas para condenados menos perigosos.

Esta Comissão de Classificação tem a função de ordenar os presos, pelo seu grau de periculosidade, seu delito ou crime, sua pena e sua reincidência. Feito isso, os condenados seguem para cada estabelecimento proposto. Mas, o que ocorre, é uma mistura de diferentes tipos de preso, segundo a própria Comissão de Classificação, dividindo um mesmo espaço físico. Isso, contribui para a reincidência, a proliferação dos valores ilícitos e a não-governabilidade dos presídios (RAMALHO, 1979).

Apontado, pois, um singelo resgate histórico, algumas características importantes dos direitos e deveres dos presos no código penal, ao mesmo tempo, trazendo alguns problemas da inserção do condenado à instituição e também da morosidade da instituição, pode-se agora, descrever o estilo de vida na prisão, bem como, suas características peculiares. Desta maneira, possibilitar-se-á as aproximações pertinentes do lazer do preso e da Teoria da Ação Comunicativa na reclusão.

Relações Intramuros: lazer, teoria da ação comunicativa e cativos

O preso inserido em uma instituição fechado adquire alguns códigos peculiares intramuros, esta aquisição, que não é unilateral, isto é, há uma troca constante do preso e sistema – se isso não ocorresse teríamos um presídio estático, o que não justificaria os inúmeros estudos existentes sobre o assunto. Esta troca e incorporação do estilo de vida do presídio não teria nada de interessante (por incorporarmos os códigos de qualquer

instituição a que temos contato), se esta apropriação simbólica não despertasse uma reprodução do ilícito na prisão (AMORIM, 1993), esta incorporação assusta os pesquisadores e os profissionais que trabalham diretamente com o presídio. Pode-se resumir estes símbolos, a partir dos seguintes pontos:

- Aceitação de papel inferior: Sujeição do condenado às esferas de poder existentes nas penitenciárias, seja, pela própria instituição, e/ou, pelos membros da comunidade prisional (ADORNO, 1998, FISCHER, 1989, SYKES, 1999).
- Desenvolvimento de novos hábitos: Ocorre o afastamento dos princípios morais e dos fundamentos éticos. Homossexualismo (voluntário ou forçado); participação dos jogos de azar (DONNICI, 1984, FRAGOSO, 1980).
- Adoção do linguajar local: O uso lingüístico interno reflete os termos do submundo, este tipo de linguagem é mais um, dentre tantos outros fatores de distanciamento da reabilitação (PAIXÃO, 1987, COELHO, 1987 e NEUMAN, 1974).
- Buscar “adiantamento”: Resumindo, ser “faxina”, ter algumas regalias internas, que na verdade seriam direitos de todos os presos e o sistema o “vende” para os reclusos (THOMPSON, 1976, RAMALHO, 1979).
- Mostrar-se membro da malandragem: Diferentemente da astúcia que a palavra “malandro” também denota, malandragem no sentido “cadeeiro”, refere-se a hábitos ilícitos contra lei e a ordem (ZALUAR, 1994, REARDON, 1999).

Estes pontos acima refletem algumas características intramuros que devem ser intermediados para a inclusão das teorias do Lazer e da Teoria da Ação comunicativa (TAC). Por estes motivos, o lazer intramuros é encarcerado e o lazer do encarcerado reproduz as regras e valores promovidos dentro da instituição, assim como, em cada comunidade o lazer reflete seu padrão – comunidade imigrante, lazer popular, acesso aos bens materiais, cultura, linguagem – o lazer do presídio reflete a cultura prisional, este é o processo de prisionização (Amorim, 1983) que também é incorporado nas práticas de lazer.

Para entendermos esta aproximação do lazer dos internos é necessário compreender porque algumas teorias do lazer não dão conta de entender o social e a reclusão. A partir da crítica, mostrar os avanços ao incorporarmos a teoria do lazer vinculado a busca do prazer.

O lazer foi concebido somente como contra-ponto ao trabalho (MARCELLINO, 1987), suas taxonomias de tempo e espaço idílicos e o lazer como mecanismo revolucionário, (MARCELLINO, 1987) não incorporaram a totalidade das relações sociais que compõem o objeto lazer, se o fazem, consegue de maneira tendenciosa, por justamente tenderem a uma liberdade de escolha inexistente, sem refletir a inserção do indivíduo em um mundo da vida e sua perda de liberdade a partir da incorporação de racionalidade nos atos cotidianos (HABERMAS, 1987).

Desta forma, para avançarmos no trato teórico, discutir-se-á o lazer pela busca do prazer, que este pode ou não ser consumado, pois, nem todas as ações racionais possuem uma reação desejada, pensando o agente como histórico que segue suas vontades nos limites não muito claros dos seus símbolos e padrões culturais, ou, os restritos às sanções e normas sociais (GUTIERREZ, 2001). Assim o lazer não se restringe a espaços, revolução ou mesmo ao trabalho, o lazer é entendido a partir dos símbolos criados e das formas de socialização espontânea que “brotam” no mundo da vida, com os membros de uma comunidade, compartilhando símbolos, gestos, linguagem. O lazer é parte de uma formação discursiva de consensos que nasce no mundo da vida e introduz-se nas regras dos grupos, na formação de identidade e intersubjetividade, e, também, o lazer encontra-se nas relações entre seus pares com a intermediação da linguagem.

O lazer é fruto histórico e por assim dizer, não pode ser determinado como integrante de apenas uma esfera social, por exemplo o trabalho; ao mesmo tempo, o lazer (no sentido lato) não é determinante de classe, mas sim, as possibilidades de lazeres o são; e por último, por referir-se a padrões e normas, o lazer existe em diferentes agrupamentos humanos organizados, assim, sua existência refere-se única e exclusivamente as regras, as normas, os padrões, peculiares do grupo em questão. Por estes motivos apontados, o lazer do recluso é um lazer determinado pelos padrões de

convivência do preso, juntamente, com as relações internas, utilizando um termo de Sykes, da “Captive’s Society” (SYKES, 1999).

Possíveis leitores deste texto podem argumentar contra a possibilidade do lazer intramuros, utilizando-se de algumas leituras clássicas do lazer (DUMAZEDIER, 1979) e do presídio (PLAYFAIR, 1969).

A primeira e creio ser a principal é utilizar-se do trabalho como contraponto ao lazer, ou como elemento constituinte fundamental para existência do lazer (ANTUNES, 2001). Segundo uma rápida leitura do modelo habermasiano, que o texto permite, a sociedade é entendida através de uma separação entre Sistema e Mundo da Vida, onde o trabalho entraria no Sistema, que é determinado pela Instituição Poder e Moeda, sendo esta a que coloniza o mundo da vida e reproduz ações teleológicas (HABERMAS, 1987). Pois, o mundo da vida representa a totalidade de relações pessoais através da comunicação, o respeito às normas e obrigações do grupo na sua totalidade e as formas subjetivas de convivência com seus pares (HABERMAS, 1989). Assim, o trabalho, ou, o não trabalho no presídio não é um fator limitante do lazer, pois se entendemos o lazer como possibilidade de reflexão, ele deve estar justamente no mundo da vida e não preso ao trabalho, e por consequência ao Sistema. O lazer é próprio do mundo da vida, das relações espontâneas de convivência.

O segundo argumento possível, refere-se a dizer das atividades dos presos como recreativas e não de lazer. A busca do prazer é o elemento fundamental para a constituição do lazer e recrear-se parte também deste pressuposto, então, esta separação é ligada ao ranço do poder do trabalho no lazer, construído, principalmente, para segregar as atividades recreativas no labor (ALMEIDA, 1999).

O terceiro e último argumento é a aproximação do lazer à liberdade de escolha. Como pode possuir o lazer aquele que está privado da liberdade? Primeiramente, o preso possui escolha se quer fazer alguma atividade de lazer, ele as aceita, muitas vezes, pela incorporação estratégica no seu agir, porque, esta recusa pode ser considerada como não apropriação dos valores e normas de direito pelo grupo de

Classificação². Outra resposta possível é entender o apenado como única e exclusivamente privado da liberdade³, segundo o código penal, este sujeito encarcerado não deixa de ser humano quando preso, é histórico, transformador e comunicativo, buscando auferir prazer como qualquer outro (GUTIERREZ, 2001).

A partir desta busca de prazer, as atividades de lazer no presídio podem ser divididas em dois tipos:

As *formais*, representam as atividades sugeridas pelo corpo técnico competente, ou por instituições que no presídio se inserem. Estas são moralmente aceitas pela sociedade, constitui-se, nos campeonatos de futebol, na hora do pátio, nas visitas e nas festas. O preso normalmente adere a estas atividades estrategicamente para conseguir benefícios por meio da Comissão de Classificação, por isso, os presos ajudam nas diferentes tarefas, da construção à execução.

As *informais*, representam atividades desenvolvidas pelo coletivo, ou por grupos de convivência, são atividades que promovem o ilícito, pode-se citar, o homossexualismo voluntário, os jogos de azar e o uso de diferentes tipos de drogas. A inserção do preso nas atividades *informais*, resume o poder de alguns elementos internos, pois, neste sistema totalitário, com regras e valores peculiares, o detento necessita se integrar a estas atividades para a sua sobrevivência (PAIXÃO, 1987).

Desta maneira, nas duas atividades, a inserção do preso é estratégica⁴.

² O grupo de classificação além de alocar os presos à entrada no presídio, também, é o órgão responsável em autorizar os pedidos de diminuição de pena por bom comportamento, mudar de regime, conceder visitas, etc.

³ Se as condições, do sistema prisional, não consentem somente a privação da liberdade, conferindo ao preso outras privações, cabe a sociedade civil lutar para que a lei seja cumprida. Mas isto de maneira nenhuma impede a existência do lazer no trato teórico.

⁴ Deve ficar claro que esta separação não contempla o uso estratégico, muito menos, o ilícito, pois em diferentes atividades *formais*, discutidas anteriormente, existe o proibido pela lei e sociedade. O que não confere ao futebol, a visita, ou mesmo, as festas seu caráter ilícito em si, demonstrando a dificuldade de interpretar o lazer e as relações internas do presídio somente pelo proibido. Desta maneira o lazer não deve ser contemplado pelas normas de direito, do que é considerado correto por um grupo dominante, porque ele, lazer, é humano, transcendendo as regras criadas pelo Sistema, por isso, sobrepõem o ilícito e o lícito, porque se insere no Mundo da Vida.

Uma possível leitura da “Teoria da Ação Comunicativa” no presídio é entender as aproximações do agir estratégico e comunicativo na prisão, bem como, as diferentes formas de incorporação dos princípios de aprendizados, da ética discursiva e dos princípios éticos universais.

Assim, o agir estratégico adere à instituição prisional, demonstrando as características perlocucionárias (HABERMAS, 1987). Este agir com respeito a fins se insere nos mecanismos da comunicação para impedir um acordo entre seus membros, nos atos de fala estratégicos, os integrantes da discussão escondem as pretensões de validade normativas (HABERMAS, 1990), para tirar vantagem do ouvinte, ou do observador para conseguir seu adiantamento na reclusão. Desta maneira, todas as características apontadas anteriormente da prisionização como: Aceitação de papel inferior; Desenvolvimento de novos hábitos; Adoção do linguajar local; Buscar “adiantamento”; Mostrar-se membro da malandragem; são as ações dotadas de efeitos estratégicos, pois, são atos voltados a ganhos egocêntricos e que não permitem o entendimento.

O lazer torna-se estratégico quando há a colonização do mundo da vida, assim o lazer ilícito é uma forma de lazer estratégico.

Diferentemente do agir estratégico o agir comunicativo, ato ilocucionário (HABERMAS, 1987), é muito mais sutil, para não dizer difícil, de ser analisado no presídio. Primeiramente, a literatura da área, na sua grande maioria, trata muito mais os aspectos da reprodução do proibido e os valores totalitários, ou, os problemas da falta de direitos dos presos no acesso aos bens materiais, nos educacionais e nos ligados à saúde, outros estudos apontam a característica do criminoso, enfim, os momentos de lazer do preso, que compete esta pesquisa, não foram contemplados pela bibliografia, ou, se há menção ao lazer, este fica restrito às características definidas há pouco (valores totalitários, reprodução do ilícito, etc.), que se reduzem às ações estratégicas.

Todavia, o agir comunicativo é a busca de consensos através de qualquer meio comunicativo conhecido, onde os diferentes atores do discurso não omitem as pretensões de validade, seus atos são guiados pelas normas de convivência, pelo grupo ao qual pertence e por suas características individuais (HABERMAS, 1989), contemplando os diferentes mundos, que introduzem e completam a taxonomia mundo

da vida. Como vimos o lazer nasce no mundo da vida, onde ocorrem as ações comunicativas, onde os atores sociais agem racionalmente em busca de consenso, procurando o respeito e a intersubjetividade própria do entendimento. A ação comunicativa é necessária para a formação e reprodução da linguagem, dos símbolos, dos ritos e das normas de convivência, o mundo da vida é o arcabouço do saber da humanidade, nele que se forma o indivíduo, as normas criadas e os grupos sociais (HABERMAS, 1987).

No lazer do preso, é possível encontrar, em alguns casos, o agir comunicativo, nas relações de amizade, na conversa com os parentes, ou mesmo, na feitura da festa de confraternização, no entanto, o lazer, mesmo trazendo esta possibilidade, não deve ser encarado como ferramenta ou fórmula mágica da instituição prisional para eliminar as características constitutivas do presídio e seu agir. Mas entendê-lo como possibilidade de gozo e prazer, onde, o indivíduo em qualquer atividade possa se sentir inteiro, transmitindo às pessoas à sua volta este sentimento inigualável de conhecimento do grupo ao qual pertence e das normas que usufruem (GUTIERREZ, 2002), estes são os limites do lazer: as normas aceitas pelo grupo (mundo objetivo); a relação interpessoal (mundo social) e as experiências pessoais (mundo subjetivo) (HABERMAS, 1987). Deste modo podemos afirmar que o agir comunicativo no lazer, deveria permitir ao preso a reflexão da sua situação na reclusão, sua posição no sistema prisional e as regras de convivência com seus pares. O que não ocorre porque as maiores partes das ações tem caráter estratégico, justamente por reproduzir a burocracia da instituição e os valores ilícitos na reclusão.

Conclusão

O lazer é entendido na sua totalidade e se insere no mundo da vida. O lazer permeia tanto as ações estratégicas quanto ações comunicativas, pois o lazer é próprio do mundo da vida, mas também é colonizado pelo Sistema poder.

Nesta leitura habermasiana de ações estratégicas e comunicativas, resumidamente, é uma ampliação de Habermas à análise weberiana do agir racional com respeito a fins, ao interpretar a sociedade não somente pela ação teleológica

(HABERMAS, 1987), incluindo as relações não estratégicas de convivência e de validade, que são as ações comunicativas. Ao entender esta dualidade o lazer pode se inserir tanto nas ações estratégicas como comunicativas na sociedade. Por isso o lazer existe no presídio, mesmo proliferando o ilícito.

Todavia o que se espera das atividades no presídio, incluso as de lazer, é que contenham ou possibilitem diluir as ações estratégicas no presídio, e acomodar as ações comunicativas, porque estas são próximas aos princípios que entendemos de reabilitação. Mesmo sabendo que o preso alia o lazer ou outras atividades a funções estratégicas, isto é, para melhor adequação ao espaço, ser respeitado, conseguir benefícios. Deve-se criar mecanismos de impedimento que isso ocorra, e, uma das formas é atuar diretamente na linguagem, pois a comunicação do preso, seu código interno, é muito próxima da delinquência.

No entanto, não somente atuar na linguagem é necessário, pois mesmo nas atividades de lazer *formais* são estratégicas, isto quer dizer que o próprio corpo técnico produz o ilícito, ele parte da própria instituição, ao propiciar as atividades que reflete o poder interno. Esta ação estratégica já impede a comunicação e o processo de entendimento.

Por isso, faz-se necessário a adequação das atividades com caráter comunicativo, para isso ocorrer, a instituição privativa de liberdade, não pode oferecer de cima as atividades, deve-se propiciar a entrada de grupos do terceiro setor, para a formação de uma política de lazer interna, formando os presos para seu lazer. Deixando as atividades e repressão e controle ao Estado, que é sua função. As outras com sentido recuperativo que devem priorizar a ação comunicativa, no caso o lazer, para o terceiro setor, no sentido de formação de quadros internos.

Conclui-se que o presídio deve trazer em si a dualidade entre o agir comunicativo e estratégico que existe fora dos muros, pois as ações dos indivíduos (guardas, agentes penitenciários, diretores, agentes de segurança e presos) são pautadas quase que exclusivamente em ações estratégicas, assim faz-se necessário a inserção do agir comunicativo pela instituição. Para isso a instituição deve separar a sua função burocrática e reabilitadora. Não colocando os presos como parte do processo teológico

burocrático, tornando-os simplesmente como cumprimento de uma ação burocrática filiada a Instituição Poder e sim como indivíduos que cumprem uma ação burocrática.

Para a rapidez deste processo de separação da ação burocrática para a ação efetiva de reabilitação, deve-se permitir a entrada da sociedade civil representada pelas instituições não governamentais, pois elas tiram o peso de análise que o preso é submetido a cada ato, diluindo o invólucro estratégico.

Abstract

This work deals with the leisure in "captive's society". It analyses if the leisure activities, inside the penitentiary, are or aren't colonized by strategic action. It also investigates if the prisoners' leisure activities can be understood by the principles of communicative action.

This article refers to: the leisure as pleasure search and subject transformation; the prison as space of reclusion related to illicit reproduction or recuperation; and finally, to Habermas "Communicative Action Theory" including strategic and communicative action.

Key-Words: Leisure; Prison; Communicative Action Theory.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, P. S. Prisões, violência e direitos humanos no Brasil. In: PINHEIRO, P. S.; GUIMARÃES, S. P. (Orgs.). *Direitos humanos no século XXI*. Brasília: Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.
- AMORIM, C. *Comando vermelho: a história secreta do crime organizado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- ANTUNES, R. Tempo de trabalho e tempo livre: algumas teses para a discussão. In: BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. (Orgs.). *Representações do lúdico: II Ciclo de Debates Lazer e Motricidade*. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 21-26.
- ALMEIDA, M. *Lazer e presídio: a relação que não se busca*. 1999. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- COELHO, E. C. *A oficina do diabo: crise e conflito no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- DELMANTO, C. *Código penal comentado*. 3. ed. São Paulo: Renovar, 1991.

- DONNICI, V. *A criminalidade no Brasil: meio milênio de repressão*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva e SESC, 1979.
- QUEIROZ, J. *As prisões, os jovens e o povo*. São Paulo: EDUC, 1985.
- FISCHER, R. *Poder e cultura em organizações penitenciárias*. 1989 Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- FRAGOSO, H; CATÃO, Y.; SUSSEKIND, E. *Direitos dos presos*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
- GUTIERREZ, G. *Lazer e prazer questões metodológicas e alternativas políticas*. São Paulo: Edusp, 2001.
- _____. A contribuição da teoria da ação comunicativa para a pesquisa sobre o lazer. In: BRUNHZ, H (Org.). *Lazer e ciências sociais*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.
- _____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- JORGE, W. *O sistema penitenciário do Estado de São Paulo e os projetos de estabelecimentos prisionais: avaliação da contribuição profissional em projetos para o sistema*. 2000. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- LIMA, W. S. *Quatrocentos contra um: uma história do comando vermelho*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.
- NEUMAN, E.; IRURZUN, V. *La sociedad carcelaria: aspectos penológicos y sociológicos*. Buenos Aires: Depalma, 1974.
- PAIXÃO, A. L. *Recuperar ou punir? como o estado trata o criminoso*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987.

- PIMENTEL, M. P. *Prisões fechadas, prisões abertas*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.
- PLAYFAIR, G.; SINGTON, D. *A prisão não cura, corrompe*. São Paulo: IBRASA, 1969.
- PORTUGUES, M. R. *Educação de adultos presos: possibilidade e contradições da educação escolar nos programas de Reabilitação do Sistema Penal de São Paulo*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- RAMALHO, J. R. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- RAMOS, G. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1953. v. 1.
- REARDON, F. O futuro das penas ou as penas do futuro. In: SIMPÓSIO SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO, São Paulo, 1996. *Anais...* São Paulo Secretaria de Administração Penitenciária, 1996.
- SANT'ANNA, D. B. *Corpos de passagem*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- SAYER, A. *Method in social science: a realist approach*. 2nd ed. London: Routledge, 1995.
- SYKES, G. M. *The society of captives: a study of a maximum prison*. New Jersey: Princeton University Press, 1999.
- THOMPSON, A. F. G. *A questão penitenciária*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- ZALUAR, A. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.